

Recomendação n.º 80

Visão 2040 para as pescas e a aquicultura das Regiões Ultraperiféricas

Considerando o convite à apresentação de contributos lançado pela Comissão Europeia (CE) no âmbito da iniciativa «Visão 2040 para as pescas e a aquicultura»¹, que visa estabelecer um quadro estratégico para orientar o desenvolvimento do setor das pescas e da aquicultura da União Europeia (UE) até 2040, assegurando simultaneamente a sustentabilidade, a competitividade e a viabilidade social das comunidades costeiras e insulares;

Considerando as especificidades estruturais das Regiões Ultraperiféricas (RUP) de *Saint Martin, Guadeloupe, Martinique, Guyane Française, Açores, Madeira, Canárias, Mayotte e La Réunion* – nomeadamente o afastamento em relação à Europa continental, a reduzida dimensão dos mercados, a vulnerabilidade climática, a dependência do setor marítimo, as limitações ao nível das infraestruturas e a menor capacidade administrativa, contempladas no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), justificando um tratamento jurídico, financeiro e operacional diferenciado, traduzido em instrumentos concretos, proporcionais e adaptados à realidade de cada região. Neste contexto, torna-se indispensável que todas as iniciativas europeias aplicáveis às RUP, no quadro deste processo estratégico, integrem avaliações de impacto diferenciadas, evitando abordagens uniformes que não refletem a diversidade presente nos nossos territórios;

O Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas (CCRUP) vem por esta via emitir a seguinte opinião, com enfoque nos objetivos da Visão 2040:

1. Competitividade e financiamento do setor

Uma frota equilibrada e tecnologicamente avançada permitirá alcançar maior produtividade, assegurando simultaneamente um menor impacte ambiental. Nas RUP, a deteção de cardumes continua a ser realizada maioritariamente de forma artesanal, apesar de estarem atualmente a ser desenvolvidas tecnologias com resultados promissores, como os satélites e os hidrofones.

Neste contexto, **o CCRUP recomenda que a Comissão Europeia e os Estados-membros interessados promovam a integração destas tecnologias na atividade piscatória**, na medida em

¹ https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/14854-Pesca-e-aquicultura-Visao-2040_pt

que poderão não só aumentar a eficiência da atividade, como também contribuir para a transição energética, ao reduzir uma das maiores fragilidades da arte por salto-e-vara: a pegada de carbono.

A este respeito, importa igualmente assegurar condições que reforcem a competitividade e a sustentabilidade económica do setor das pescas nas RUP. O CCRUP considera, por isso, urgente a reintrodução do Programa de Opção Específica para fazer face ao Afastamento e às Insularidades (POSEI) direcionado especificadamente para as pescas, capaz de compensar os custos adicionais suportados pelos produtos da pesca e da aquicultura das nossas regiões, considerando as abordagens diferenciadas e as particularidades próprias de cada território.

Com efeito, **o CCRUP recomenda que a Comissão Europeia, no próximo quadro financeiro e regulamentar pós-2027, assegure a continuidade de instrumentos específicos de compensação financeira, designadamente no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA), promovendo ainda a reintrodução do POSEI-Pescas – em conformidade com o recente Relatório sobre o papel da diplomacia oceânica na competitividade das pescas e da aquicultura da UE², do Parlamento Europeu – com regras próprias, dotação financeira dedicada e gestão simplificada, que funcione burocraticamente à semelhança do atual POSEI**, no contexto de uma futura avaliação da Política Comum das Pescas da UE (Regulamento n.º 1380/2013) e que este instrumento funcione de forma flexível, adaptável e permanente, com vista a responder às nossas especificidades.

No caso da pesca artesanal, decisões como a aquisição ou modernização de embarcações, a substituição de motores ou a adaptação a novas exigências ambientais implicam encargos financeiros significativos para os operadores.

Importa salientar que a frota das RUP é composta maioritariamente por embarcações de pequena dimensão e que as nossas regiões dispõem de uma capacidade limitada de investimento próprio, nomeadamente no que se refere à adoção de novas tecnologias.

Acresce que se registam custos acrescidos associados à aquisição de combustíveis, peças de substituição e componentes mecânicos para motores e equipamentos de navegação das embarcações, devido à distância ao continente europeu.

Perante este cenário, quando o quadro regulamentar sofre alterações frequentes ou existe incerteza quanto às regras futuras de gestão, ao acesso às condições de financiamento, torna-se mais difícil para os pescadores e armadores planear os seus investimentos.

² https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-10-2026-0043_EN.html

Por conseguinte, **recomenda-se que a Comissão Europeia assegure um enquadramento normativo estável, previsível e coerente, bem como instrumentos financeiros adequados às especificidades das RUP, garantindo que a transição energética não compromete a viabilidade económica do setor nem a segurança das operações.**

O CCRUP recomenda, igualmente, aos Estados-membros (Espanha, França e Portugal) o incentivo ao desenvolvimento de projetos de investigação e inovação, bem como a promoção de parcerias entre empresas, associações, universidades e centros tecnológicos, que poderão facilitar o investimento, estimular a inovação e promover a transferência de conhecimento no setor das pescas.

2. Renovação geracional e suas competências

A renovação geracional representa um desafio estrutural para o setor das pescas nas RUP, marcado pelo envelhecimento progressivo da população ativa. Para assegurar a continuidade da atividade piscatória, é crucial torná-la mais atrativa para os jovens, nomeadamente através da melhoria das condições de trabalho, da oferta de formação adequada e da garantia de rendimentos estáveis. Neste contexto, importa atrair jovens com escolaridade mínima obrigatória e formação profissional na área das pescas, reforçando simultaneamente a integração de competências técnicas e científicas nas comunidades de pescadores.

Para tanto, **o CCRUP recomenda que a Comissão Europeia:**

1. elabore regulamentação adaptada e equitativa para as RUP, permitindo o planeamento de investimentos a médio e longo prazo;

2. impulse a modernização das embarcações, bem como a melhoria das condições de segurança e habitabilidade a bordo;

3. continue a promover o apoio à literacia do oceano, fomentando a qualificação contínua ao longo de toda a fileira da pesca.

3. Transição ecológica, digital e social

A Visão 2040 deverá continuar a promover a modernização da frota de pesca artesanal e das suas infraestruturas portuárias, incentivando a utilização de embarcações mais eficientes, seguras e ambientalmente sustentáveis, bem como a adoção de energias renováveis nas infraestruturas de apoio ao setor.

Neste domínio, o **CCRUP recomenda que os Estados-membros (Espanha, França e Portugal) promovam soluções como a utilização de energia solar, eólica e energia das ondas nas infraestruturas piscatórias e nas atividades associadas à pesca.**

Considerando que a transição ecológica deverá incluir iniciativas que viabilizem a proteção do meio marinho, o **CCRUP recomenda aos Estados-membros (Espanha, França e Portugal) a implementação de programas de recolha de lixo marinho e de artes de pesca abandonadas, bem como a criação de redes de ecopontos nas infraestruturas piscatórias.** Estas medidas contribuirão para a redução da poluição marinha e para a promoção de práticas mais sustentáveis no setor.

No seu conjunto, estas medidas contribuirão para a construção de um setor das pescas progressivamente neutro em carbono e ambientalmente responsável.

No domínio das alterações climáticas, têm-se verificado alterações na distribuição geográfica das espécies, nos respetivos ciclos biológicos e na conseqüente evolução das capturas. Estas dinâmicas exigem uma abordagem de gestão mais adaptativa e baseada em evidência científica atualizada.

Com efeito, o **CCRUP recomenda que a Comissão Europeia reforce:**

- 1. a criação de mecanismos baseados em avaliações de impacte ambiental independentes,** com a participação efetiva das comunidades piscatórias;
- 2. a integração sistemática de indicadores climáticos aplicáveis nos regulamentos das RUP;**
- 3. o investimento em investigação científica focada nas RUP.**

No plano da transição digital, torna-se igualmente essencial garantir condições adequadas de conectividade no mar. Considerando que o acesso à internet via satélite nas Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), cujo custo, geralmente elevado, varia consoante o operador e a tecnologia, o **CCRUP recomenda que a Comissão Europeia fomente a adesão a outros sistemas já existentes, mais acessíveis e comprovadamente eficazes, que no futuro poderão proporcionar melhores condições de comunicação e apoio às operações no mar.**

Ao nível social, considera-se indispensável que a orientação estratégica da UE para as RUP inclua um sistema robusto de monitorização e reporte periódico, com indicadores específicos para cada região, que permita avaliar o impacte real das medidas a aplicar. Este sistema deverá garantir transparência, participação ativa das comunidades e a possibilidade de introduzir ajustes, sempre que necessário.

4. Desenvolvimento das comunidades piscatórias

O setor das pescas nas RUP caracteriza-se por uma pesca artesanal³, assumindo particular relevância para a coesão económica, social e territorial das nossas Regiões. Este setor contribui para a manutenção do emprego nas zonas costeiras, para o reforço da soberania alimentar das RUP e para a segurança alimentar da União, sendo um contributo qualitativo para a sustentabilidade e diversidade da produção alimentar europeia.

Neste contexto, o **CCRUP recomenda que a Comissão Europeia promova:**

1. a melhoria das infraestruturas piscatórias, facilitando o acesso ao mar e assegurando melhores condições de apoio às atividades piscatórias;

2. a cooperação entre os diferentes atores do setor, como forma de desenvolver projetos de inovação, estimular o investimento e reforçar a resiliência económica das regiões costeiras, nomeadamente através da participação nos Conselhos Consultivos.

5. Soberania alimentar das RUP

Considera-se fundamental que a pesca artesanal das RUP seja reconhecida como atividade prioritária, enquanto produtora de alimentos de elevada qualidade, sendo que estes deveriam ser de custo acessível para as comunidades locais, consolidando a sua soberania alimentar.

Considera-se igualmente essencial atender à atual tendência de aumento das dificuldades de acesso aos recursos marinhos, em consequência de um cenário internacional que se caracteriza por instabilidade geopolítica.⁴

Neste contexto, o **CCRUP recomenda que a Comissão Europeia integre, no âmbito da Visão 2040, uma abordagem estruturada com enfoque na valorização e consolidação da produção local nas RUP**, promovendo o acesso equitativo aos produtos de pesca e contribuindo para a soberania e segurança alimentar regionais.

³ https://www.ccrup.eu/wp-content/uploads/2025/11/PT_Conceito-Pesca-Artesanal-RUP_Rec72_17.11.25-1.pdf

⁴ <https://industriaspesqueiras.com/noticia-88719-sec-Pol%C3%ADtica>

6. Ordenamento do espaço marítimo

A crescente pressão decorrente da utilização do espaço marítimo pode gerar conflitos relevantes entre os utilizadores do mar, em áreas tradicionalmente utilizadas pela atividade piscatória.

Assim, **o CCRUP recomenda que a Comissão Europeia e os Estados-membros interessados assegurem a manutenção de processos de planeamento transparentes, baseados em avaliações de impacto ambiental independentes e na participação efetiva das comunidades piscatórias.**

Por outro lado, o reforço das medidas de combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada revela-se particularmente relevante, tanto para a proteção da biodiversidade marinha como para a salvaguarda da sustentabilidade económica dos operadores que cumprem as regras aplicáveis.

Em síntese, o CCRUP destaca que a «Visão 2040 para as pescas e aquicultura» deverá integrar uma abordagem diferenciada para as RUP, reconhecendo o contributo da pesca artesanal para a sustentabilidade ambiental, a coesão territorial e a segurança alimentar.

A consolidação da pesca sustentável nas RUP constitui não só um interesse regional, mas também um contributo relevante para os objetivos estratégicos da UE em matéria de sustentabilidade e resiliência dos ecossistemas marinhos.

A nossa biodiversidade marinha, de elevado valor para a UE, inclui ecossistemas marinhos únicos e de grande importância ecológica, como recifes de coral e mangais, que devem ser protegidos e valorizados.